PORTARIA 297/GEPS/SETUR DE 13 DE JUNHO DE 2023

CONSIDERANDO os termos do processo 2023/663256; RESOLVE: Conceder 6 e ½ (seis e meia) diárias a servidora, REGINA LUCIA MORAES PEREIRA, matrícula funcional nº: 54195545/2, Técnico de Planejamento e Gestão em Turismo. OBJ. Acompanhar e supervisionar a instrutoria do Curso "Observação de Aves", que será realizado pela SETUR através da GQPR, no município de Altamira/PA. DESTINO: Altamira / PA. PERÍODO: 25/06 a 01/07/2023. ORDENADORA: TIMARA DE SOUZA MIRANDA

Protocolo: 949516**PORTARIA Nº 291/GEPS/SETUR DE 12 DE JUNHO DE 2023**

CONSIDERANDO os termos do processo 2023/650179; RESOLVE: Conceder 10 e ½ (dez e meia) diárias ao colaborador eventual, ARTHUR MONTEIRO VASHEV MAZAI, ID: 223605189, CPF: 146.129.017-11 OBJ. Produção de material promocional audiovisual com vistas a divulgar a Rota Amazônia Atlântica, por meio do projeto de extensão "Valorização da Amazônia pelo Meio Audiovisual", do curso de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense. DESTINO: Belém, Castanhal, Bragança e AugustoCorrea. PERÍODO: 07 a 18 de junho de 2023. ORDENADORA: TIMARA DE SOUZA MIRANDA

Protocolo: 949300**PORTARIA Nº 292/GEPS/SETUR DE 12 DE JUNHO DE 2023**

CONSIDERANDO os termos do processo 2023/650166; RESOLVE: Conceder 10 e ½ (dez e meia) diárias ao colaborador eventual, ANDREA BARRETO LIMA, ID: 08.166.428-6, CPF: 016.218.227-96. OBJ. Produção de material promocional audiovisual com vistas a divulgar a Rota Amazônia Atlântica, por meio do projeto de extensão "Valorização da Amazônia pelo Meio Audiovisual", do curso de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense. PERÍODO: 07 a 18 de junho de 2023. ORDENADORA: TIMARA DE SOUZA MIRANDA

Protocolo: 949298

8444 Fonte de Recursos: 01500000001 Elemento: 319004 Plano Interno (PI): 105NDP8444P Ação (GP Pará): 289566. FORO: Justiça Estadual do Pará – Comarca de Belém. ORDENADOR: JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO – Defensor Público Geral.

Protocolo: 949230**FÉRIAS****PORTARIA Nº 391/2023-GGP-DPG, DE 12 DE JUNHO DE 2023.**

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 8º, inciso VIII, da Lei Complementar nº 54, de 7 de fevereiro de 2006. Considerando o Processo nº 2023/668220. RESOLVE: Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares, com gozo contínuo, ao Servidor Público ANTONIO FELIX MONTEIRO COSTA; Id. Funcional: 3158870/1, referente ao aquisitivo (2021/2022), nos períodos de 17/07/2023 a 15/08/2023 - 30 dias.

JOAO PAULO CARNEIRO GONCALVES LEDO
Defensor Público-Geral do Estado do Pará

Protocolo: 949118**PORTARIA Nº 390/2023-GGP-DPG, DE 12 DE JUNHO DE 2023.**

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 8º, inciso VIII, da Lei Complementar nº 54, de 7 de fevereiro de 2006. Considerando o Processo nº 2023/650519. RESOLVE: Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares, com gozo fracionado, a Defensora Pública LUCIANA SANTOS FILIZZOLA BRINGEL; Id. Funcional: 55589612/1, referente ao aquisitivo (2020/2021), nos períodos de 31/07/2023 a 14/08/2023 - 15 dias e 05/12/2023 a 19/12/2023 - 15 dias.

JOAO PAULO CARNEIRO GONCALVES LEDO
Defensor Público-Geral do Estado do Pará

Protocolo: 949107**NORMA****INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 13 DE JUNHO DE 2023.**

Orienta e uniformiza o procedimento a ser adotado em sede de apelação e demais recursos criminais interpostos pelos órgãos de execução da Defensoria Pública do Estado do Pará.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 8º, incisos I, IV e VIII da Lei Complementar nº 054, de 07 de fevereiro de 2006; considerando os princípios institucionais da Defensoria Pública, previstos no art. 5º da Lei Complementar Estadual 54/2006; considerando o direito fundamental à razoável duração do processo e os meios que garantem a celeridade de sua tramitação (CF, art. 5º, LXXVIII); considerando que a qualidade e a eficiência do atendimento são direitos dos assistidos da Defensoria Pública (LC 80/94, art. 4º-A); considerando as inúmeras intimações recebidas na Defensoria Pública-Geral, para apresentação de razões recursais, face à inércia do órgão de execução em apresentá-las (PAE nº 2023/673078); considerando, por fim, a necessidade de racionalizar e uniformizar o procedimento, compatibilizando as disposições do art. 17 da Lei Complementar nº 054, de 07 de fevereiro de 2006, com o art. 600, §4º do Código de Processo Penal; RESOLVE:

Art. 1º Esta Instrução Normativa tem por finalidade orientar e uniformizar o procedimento a ser adotado em sede de apelação e demais recursos criminais interpostos pelos órgãos de execução da Defensoria Pública do Estado do Pará.

Art. 2º Os Defensores Públicos com atuação no juízo de 1º grau deverão apresentar nos processos criminais as respectivas razões e contrarrazões recursais aos recursos interpostos, face à atribuição legal prevista no art. 17, III da Lei Complementar Estadual 54/06.

Art. 3º Em se tratando de processo de réu preso, os Defensores Públicos deverão priorizar a apresentação das razões recursais no ato da interposição do recurso, tudo em observância à razoável duração do processo.

Art. 4º Em caso de interposição de Recurso em Sentido Estrito e para não frustrar o necessário juízo de retratação do juízo a quo, deverá ser igualmente priorizada a apresentação das razões recursais no ato da interposição.

Art. 5º Ao se depararem com a tramitação de recurso sem as respectivas razões, os Defensores Públicos com atuação em sede recursal deverão imediatamente requerer ao juízo de 2º grau a intimação do membro com atuação no juízo a quo, para apresentação das razões recursais.

Art. 6º Os casos omissos e os conflitos de atribuição entre os membros da Defensoria Pública serão resolvidos pelo Defensor Público-Geral, nos termos do art. 8º da Lei Complementar Estadual 54/2006.

Art. 7º Fica revogada a Instrução Normativa nº 05, de 30 de junho de 2011.

Art. 8º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO

Defensor Público-Geral do Estado do Pará

Protocolo: 949391**OUTRAS MATÉRIAS****ATO Nº 45, DE 13 DE JUNHO DE 2023.**

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições conferidas pelo art. 8º, VIII e XXVII, da Lei Complementar nº 54, de 7 de fevereiro de 2006; Considerando os termos do Processo Administrativo Eletrônico nº 2023/659246; RESOLVE:

Exonerar, a pedido, LUCAS OLIVEIRA DA COSTA MOREIRA, ID Funcional nº 5968078, do cargo efetivo de DEFENSOR PÚBLICO SUBSTITUTO, a contar de 16.06.2023.

JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO
Defensor Público-Geral do Estado do Pará

Protocolo: 949555

DEFENSORIA PÚBLICA

PORTARIA**PORTARIA Nº 393/2023-GGP/DPG, DE 13 DE JUNHO DE 2023.**

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, I e VIII, da Lei Complementar nº 054, de 07 de fevereiro de 2006; Considerando os termos do Processo Administrativo Eletrônico nº 2023/659246; RESOLVE:

Art. 1º Elogiar o Defensor Público LUCAS OLIVEIRA DA COSTA MOREIRA, ID Funcional nº 5968078, pela sua dedicação e pelos serviços prestados em prol da população hipossuficiente do Estado do Pará, durante o período de atuação na carreira de Defensor Público do Estado do Pará.

Art. 2º Determinar que o presente elogio seja registrado nos assentos funcionais do referido Defensor Público.

JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LÉDO
Defensor Público-Geral do Estado do Pará

Protocolo: 949566**ADMISSÃO DE SERVIDOR****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 001/2023 PROCESSO Nº: 2022/891587**

PARTES: Defensoria Pública do Pará (CNPJ/MF Nº 34.639.526/0001-38) e BRUNO CESAR RAMOS FRAGA, inscrito no CPF/MF sob o nº. 355.985.398-29. OBJETO: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, especificamente, na prestação de serviços na função de Analista de TI, com graduação em Nível Superior, carga horária de 30 (trinta) horas semanais e lotação no Núcleo de Tecnologia de Informação e Comunicação – NTI da Defensoria Pública do Estado do Pará, no Município de Belém e Região Metropolitana, atendidas as determinações legais.

DATA ASSINATURA: 13/06/2023. Vigência: O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite de 02 (dois) anos, a critério e/ou necessidade da Administração.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa / Projeto / Atividade: 03 092 1492 8444 Fonte de Recursos: 01500000001 Elemento: 319004 Plano Interno (PI): 105NDP8444P Ação (GP Pará): 289566. FORO: Justiça Estadual do Pará – Comarca de Belém. ORDENADOR: JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO – Defensor Público Geral.

Protocolo: 949218**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 002/2023 PROCESSO Nº: 2022/891587**

PARTES: Defensoria Pública do Pará (CNPJ/MF Nº 34.639.526/0001-38) e MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA DIA, inscrito no CPF/MF sob o nº. 015.398.232-29.

OBJETO: O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, especificamente, na prestação de serviços na função de Analista de TI, com graduação em Nível Superior, carga horária de 30 (trinta) horas semanais e lotação no Núcleo de Tecnologia de Informação e Comunicação – NTI da Defensoria Pública do Estado do Pará, no Município de Belém e Região Metropolitana, atendidas as determinações legais.

DATA ASSINATURA: 13/06/2023. Vigência: O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite de 02 (dois) anos, a critério e/ou necessidade da Administração.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa / Projeto / Atividade: 03 092 1492